

Nosso apelo aos homens de boa vontade

A greve dos motoristas de ônibus acabou fracassando e o risco de novos atos de violência na região produtora de cana e de laranja próxima a Ribeirão Preto parece menor. Nem por isso, contudo, desapareceu o perigo de convulsão social, de ruptura da ordem pública em todo. O Estado de São Paulo: os professores estão ameaçando voltar às ruas novamente, os metroviários já pensam em paralisar suas atividades e há até mesmo a possibilidade de uma greve conjunta de todos os funcionários públicos estaduais.

Esse tenso e angustiante estado de coisas, como dissemos no editorial de ontem, não vem ocorrendo por mero acaso. Ele é resultante de um amplo conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos e culturais que, se não forem compreendidos na sua plenitude, poderão gerar o caos. Em outras palavras, a conjugação do desemprego crescente, da queda progressiva do poder aquisitivo dos assalariados em geral com a elevação incontrolada do custo de vida certamente aplainará o terreno para que os agitadores profissionais possam extravasar a sua intolerância e o seu radicalismo. Não fosse essa delicada situação em que nos encontramos, teriam os revolucionários da Igreja, do PT, do PC do B e do Alicerce Socialista alguma chance de sucesso na sua permanente destilação do ódio?

Evidentemente que não. A luta pela subversão das instituições e pela destruição da sociedade aberta sempre existiu ao longo da História. No entanto, ela somente foi vitoriosa nos momentos de instabilidade e crise, quando os governantes deixaram erodir o princípio da autoridade e as lideranças políticas perderam toda sua representatividade. Ainda não é esse, felizmente, o nosso caso. Mas o risco está presente e, por essa razão, nestes dias cinzentos e angustiantes, todas as pessoas dotadas de bom senso, lucidez e prudência precisam saber compreender a extensão da crise brasileira, para não agravá-la com protestos impensados e com reivindicações inoportunas.

Essa é a maneira pela qual cada cidadão poderá contribuir para desarmar os espíritos, neutralizar as suspeições e refrear expectativas sociais cujo atendimento, seja pelo governo, seja pelas empresas, se revela impossível diante da crise em que nos encontramos. Afinal, à exceção de uns poucos privilegiados, possivelmente em razão de métodos de discutível natureza, como especulação desenfreada ou concorrências ilícitas, praticamente não há um segmento profissional — entre trabalhadores e empresários, profissionais liberais e assalariados — que não tenha uma demanda justa e procedente a fazer.

No entanto, pelas próprias limitações impostas pela crise econômica, pelas raízes estruturais da espiral inflacionária, pela asfixia cambial e pela dependência da economia nacional ao desempenho da economia do mundo ocidental, a satisfação imediata de todos os desejos é impraticável e impensável. Ou todos nós nos convencemos disso ou, então, certamente estaremos voltando aos tempos hobbesianos, onde apenas os mais fortes conseguem realizar seus anseios e concretizar suas vontades. Quem deseja isso — a não ser, é óbvio, os revolucionários da Igreja, do PT, do PC do B e do Alicerce Socialista, sempre procurando "faturar" prestígio em cada incidente social, como os de Ivinhema, de Guariba, de Bebedouro e das Zonas Leste e Oeste de São Paulo?

Daí, portanto, a necessidade que ora se interpõe de moderado e solidariedade para se evitar o pior. O entendimento, a negociação e a tolerância constituem, assim, a condição necessária para que os riscos de convulsão social e impasse sucessório não terminem por conduzir a própria abertura a um final trágico. A verdade é que, se ninguém se dispuser a transigir e a fazer concessões que estiverem ao seu alcance, o perigo que se corre é o de se ver o

processo de distensão explodir justamente às vésperas de sua etapa decisiva e final: a da legitimação do poder central, dada a possibilidade cada um mais concreta de escolha de um novo presidente da República a partir de um pacto a ser firmado entre os setores moderados das oposições e da situação.

Mais do que nunca, como se pode ver, é preciso saber preservar tudo o que foi conquistado nestes últimos controvertidos dez anos — o fim do AI-5. O término da censura, a anistia política, o pluripartidarismo e a eleição direta para os governos estaduais. Para tanto é necessário diálogo, compreensão e, essencialmente, demonstrações de boa vontade. Certos setores empresariais, por exemplo, que têm conseguido enfrentar com algum sucesso as adversidades econômicas, já se encarregaram de implodir o Decreto-Lei nº 2.065, concedendo aumentos salariais acima da lei. Alguns sindicatos menos ideologizados, por seu turno, estão cada vez mais conscientes de que é melhor garantir a estabilidade do emprego atual do que lutar inconseqüentemente pelos aumentos automáticos conforme as taxas inflacionárias.

No entanto, o último relatório de Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, divulgado no início desta semana, mostrou o quão dramático é a situação do operariado na área mais rica da América Latina. Se essa é a situação da unidade-líder da Federação, o que imaginar no resto do País? Nesse mesmo sentido, as próprias estatísticas oficiais apontam, hoje, a existência de cerca de 30 a 35 milhões de brasileiros vivendo na pobreza quase absoluta, isto é, na miséria total, sem mais nada a perder, configurando uma espécie de bomba de retardamento que pode explodir a qualquer hora.

Os acontecimentos de Guariba, Bebedouro e de São Paulo têm o sentido de uma advertência: até agora, felizmente, o pior — a convulsão social — foi evitado. Mas a tensão é grande, e a violência generalizada pode ser deflagrada sob qualquer pretexto. Diante desse quadro sombrio os dirigentes de Brasília, esse microcosmo artificial que o País é obrigado a carregar nas costas como uma espécie de condenação divina, bem que poderiam subtrair alguns de seus preciosos minutos gastos nas elucubrações sucessórias para responder a uma questãozinha delicada: se o perigo da explosão social vem ocorrendo num Estado cujo governador foi eleito em voto direto pela maioria absoluta do eleitorado, que esperar de uma situação como a que estamos vivendo com um presidente como o sr. Salim Maluf, desprezado e rejeitado pela totalidade dos brasileiros?

(Página 4)